



CARTILHA CIDADÃ DA EDUCAÇÃO

SISTEMAS – CONSELHOS – FÓRUMS E PLANOS DE EDUCAÇÃO:
O QUE TODO MUNICÍPIO PRECISA SABER!



Comissão de
Educação



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS
TRABALHA POR GOIÁS

ILUSTRAÇÃO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS POR LUMA NOVAIS

Mesa Diretora eleita para o biênio 2025-2026

Presidente: Bruno Peixoto (UB)

1º vice-presidente: Issy Quinan (MDB)

2º vice-presidente: Clécio Alves (Republicanos)

3º vice-presidente: Bia de Lima (PT)

Primeiro vice-presidente corregedor: Julio Pina (Solidariedade)

Segundo vice-presidente corregedor: Lineu Olímpio (MDB)

Primeiro-secretário: Coronel Adailton (Solidariedade)

Segundo-secretário: Wilde Cambão (PSD)

Terceiro-secretário: Amauri Ribeiro (UB)

Quarto-secretário: Cairo Salim (PSD)

Quinto-secretário: Vivian Naves (Progressistas)

Composição da Comissão de Educação da ALEGO (2025/2027)

Titulares

Presidente: Bia de Lima (PT)

Vice-presidente: Coronel Adailton (SD)

Amauri Ribeiro (UB)

Amilton Filho (MDB)

Wagner Camargo Neto (SD)

Vivian Naves (PP)

Wilde Cambão (PSD)

Suplentes

Henrique César (Podemos)

Antônio Gomide (PT)

Karlos Cabral (PSB)

Major Araújo (PL)

Dr. George Moraes (PDT)

Lucas do Vale (MDB)

Veter Martins (UB)

**EXECUÇÃO: Comissão De Educação
da Assembleia Legislativa do Estado De Goiás**

DIREÇÃO DE ARTE: Luma Novais

REDAÇÃO: Estela Stival, Ludmylla Moraes e Roseane Ramos

REVISÃO: Ester Carvalho e Pablo Rangell

EDIÇÃO: Outubro de 2025



OLÁ!

Esta cartilha foi feita especialmente para você — Prefeitos(as), Secretários(as), vereadores(as), cidadãos, cidadãs, educadores, educadoras, pais, mães, estudantes e líderes comunitários — que acreditam que a educação transforma vidas e quer saber como ajudar sua cidade a construir um futuro melhor!

Aqui você vai entender de forma simples e prática:



O que é um Sistema Municipal de Ensino

(e por que seu município precisa ter um!)



Como funcionam os Conselhos Municipais de Educação e os Fóruns de Educação



O que é o Plano Municipal de Educação (PME)

(e como ele afeta a vida de todos nós)

VAMOS NESSA?



1. O que é o Sistema de Ensino?

Imagine a educação da sua cidade como um grande quebra-cabeça. **O Sistema de Ensino é o conjunto de peças que organiza e faz tudo funcionar direitinho:** escolas, regras, planejamento, acompanhamento... tudo para garantir que as crianças, jovens e adultos aprendam com qualidade!

De acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme o art. 211 da Constituição Federal e o art. 11, inciso I, da LDB:

- ➡ Cada município pode criar seu próprio sistema de ensino e cuidar dele com autonomia, sempre em parceria com os estados e a União.
- ➡ Isso significa poder criar normas, acompanhar as escolas e planejar o futuro da educação com a cara da sua cidade!

2. Como funciona no Estado de Goiás?

No nosso estado, o **Sistema Estadual de Educação cuida da educação básica** em que os municípios ainda não têm sistema próprio:

- ➔ **Autoriza** e fiscaliza escolas públicas e privadas;
- ➔ **Supervisiona** a educação infantil, ensino fundamental, médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação especial e mais
- ➔ **Segue as normas** do Conselho Estadual de Educação (CEE-GO)

Mas o ideal é que cada município tenha seu próprio sistema, com autonomia e protagonismo local!

3. Como saber se meu município já tem um Sistema de Ensino?

Faça o teste do SIM ou NÃO!

- ➔ Existe uma lei municipal que cria o Sistema de Ensino?
- ➔ Temos um Conselho Municipal de Educação em funcionamento? Ele faz as normas para o município?
- ➔ O município autoriza e fiscaliza as escolas da rede municipal e as escolas particulares da educação infantil?
- ➔ Existe um Fórum Municipal de Educação que acompanha o plano de educação da cidade?

✔ Se você respondeu **SIM para todas, parabéns!**

Seu município já tem um sistema de ensino!

✘ Se respondeu **NÃO em alguma, ainda dá tempo** de construir esse caminho juntos!

4. Como criar o Sistema Municipal de Ensino?

(Passo a Passo)

Passo 1: Fazer um diagnóstico

Descubra:

- ➔ Quantas escolas temos?
- ➔ Existe Conselho? Existe Fórum?
- ➔ Como está a situação da educação no município?

Passo 2: Criar a Lei do Sistema

Com ajuda da Prefeitura e da Secretaria de Educação, escreva um projeto de lei com:

- ➔ As finalidades da Educação no município
- ➔ Os órgãos que integram o Sistema – Conselho, Fórum, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e etc.
- ➔ As etapas e modalidades de ensino ofertadas
- ➔ Como o Sistema Municipal deve se articular com o Sistema Estadual e o Federal

Passo 3: Criar o Conselho e o Fórum

- ➔ Fazer leis específicas de criação
- ➔ Conselho autônomo precisa ter as funções: normativa, deliberativa e fiscalizadora, dentre outras

Passo 4: Aprovar na Câmara

Os vereadores analisam e votam as leis.

PROJETO DE LEI CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

“Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, especialmente para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, estabelece diretrizes para inclusão, avaliação, formação de professores, financiamento, uso de tecnologia, gestão democrática, participação da comunidade escolar, infraestrutura e dá outras providências.”

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Ensino, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, organizado para garantir a universalização do acesso, a permanência, a aprendizagem de qualidade e a formação integral dos estudantes.

Art. 2º São objetivos do Sistema Municipal de Ensino:

- I – garantir a educação pública, gratuita, de qualidade e com equidade para todas as crianças e jovens do município;
- II – promover a inclusão educacional, respeitando as diversidades culturais, sociais e individuais;
- III – implementar processos de avaliação contínua e formativa que subsidiem melhorias no ensino;
- IV – assegurar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, valorizando sua carreira;
- V – garantir financiamento adequado, transparente e suficiente para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VI – estimular o uso de tecnologias educacionais para potencializar o ensino-aprendizagem;
- VII – promover a gestão democrática, com a participação efetiva de pais, alunos, professores e gestores;
- VIII – garantir infraestrutura adequada e segura nas unidades escolares.

Art. 3º O Sistema Municipal de Ensino será organizado segundo os

seguintes princípios:

- I – universalidade e inclusão;
- II – avaliação contínua e participativa;
- III – valorização e capacitação permanente dos profissionais da educação;
- IV – financiamento público adequado, transparente e eficiente;
- V – uso inovador e responsável das tecnologias educacionais;
- VI – gestão democrática e participativa;
- VII – garantia de infraestrutura física e pedagógica adequada.

Art. 4º São competências do órgão gestor municipal de educação:

- I – planejar, coordenar, supervisionar e avaliar o Sistema Municipal de Ensino;
- II – elaborar e atualizar o currículo da Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- III – promover políticas de inclusão para alunos com necessidades educacionais especiais;
- IV – implementar sistemas de avaliação diagnóstica, formativa e somativa;
- V – organizar programas de formação e valorização dos profissionais da educação;
- VI – assegurar recursos financeiros necessários, com transparência na aplicação;
- VII – incentivar a incorporação de tecnologias digitais e metodologias inovadoras;
- VIII – fomentar a participação de pais, alunos, professores e gestores nos Conselhos Municipais de Educação e em outras instâncias;
- IX – garantir manutenção e ampliação da infraestrutura escolar, respeitando normas de segurança e acessibilidade.

Art. 5º A gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino será garantida por meio da:

- I – participação ativa dos Conselhos Municipais de Educação e demais órgãos colegiados;

II - atuação da entidade representativa dos profissionais da educação - Sintego (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás).

III – incentivo à participação dos pais e responsáveis na vida escolar;

IV – promoção de espaços de diálogo e decisão compartilhada entre professores, gestores e estudantes.

Art. 6º O financiamento do Sistema Municipal de Ensino deverá observar:

I – o repasse e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB);

II – o uso eficiente e transparente dos recursos públicos;

III – a busca de fontes complementares de financiamento para inovação e melhoria da infraestrutura.

Art. 7º O uso de tecnologias educacionais deve:

I – estimular a inclusão digital e o acesso equitativo a recursos tecnológicos;

II – apoiar metodologias ativas e colaborativas;

III – promover capacitação específica para professores e gestores.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



5. O que é o Conselho Municipal de Educação?

Pense nele como um **olho vigilante e um ouvido atento da educação**. É formado por representantes da sociedade civil, da educação e do poder público.

O que o Conselho faz?

- ➔ Faz normas para a Educação do município
- ➔ Autoriza e fiscaliza as escolas públicas municipais e as privadas de educação infantil
- ➔ Acompanha o Plano Municipal de Educação
- ➔ Aconselha a Secretaria Municipal de Educação e aprova suas políticas
- ➔ Assessoria a Câmara Municipal sobre os projetos para Educação
- ➔ Atende as demandas da comunidade
- ➔ Ajuda a garantir que a escola seja de qualidade para todos!

MINUTA – PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº ____/20

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação do Município de [NOME DO MUNICÍPIO] e dá outras providências.

A Câmara Municipal de [Nome do Município] aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Educação (CME) do Município de [Nome do Município], como órgão autônomo, colegiado, deliberativo, consultivo, fiscalizador e normativo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de contribuir para a formulação, acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas públicas de educação no âmbito municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – elaborar o seu Regimento Interno, bem como promover sua reformulação, quando necessário

II – estabelecer normas complementares ao sistema de ensino do município;

III – autorizar, credenciar e supervisionar instituições de educação infantil e outras etapas que estejam sob responsabilidade do município;

IV – acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação (PME);

V – zelar pelo cumprimento da legislação educacional;

VI – promover o fortalecimento da gestão democrática na educação;

VII – emitir pareceres sobre matérias educacionais de interesse do município;

VIII – manter articulação com o Conselho Estadual de Educação e com o Ministério da Educação, para assegurar a coordenação, a divulgação ou execução dos planos e programas educacionais

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação será composto por [número ímpar, ex.: 11] membros titulares e respectivos suplentes, nomeados por ato do(a) Prefeito(a), a partir de indicações dos seguintes segmentos:

- I – (ex.: 1) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II – (ex.: 1) representante dos professores da rede municipal de ensino indicado pelo Sintego;
- III – (ex.: 1) representante das escolas privadas do município (se houver);
- IV – (ex.: 1) representante dos pais de alunos;
- V – (ex.: 1) representante dos estudantes;
- VI – (ex.: 1) representante dos conselhos escolares;
- VII – (ex.: 1) representante da sociedade civil organizada (associações, sindicatos, movimentos sociais);
- VIII – (ex.: 1) representante do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros será de [ex: 2 ou 3] anos, permitida uma recondução.

Art. 4º A função de Conselheiro é de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o de outra função pública, ou vinculação ao ensino, se entidade privada.

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação contará com infraestrutura para o atendimento de seus serviços técnicos e administrativos, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para tal fim.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação dotará o Conselho Municipal de Educação dos recursos humanos e materiais necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 7º Na primeira reunião do Conselho, deverão ser eleitos o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, que comporão uma Comissão Diretiva Provisória, responsável pela elaboração do projeto do Regimento Interno.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



6. E o que é o Fórum Municipal de Educação?

O Fórum é como **uma grande roda de conversa permanente**, onde todos os setores da sociedade se reúnem para pensar juntos a educação da cidade.

Ele:

- ➔ Acompanha e monitora o Plano Municipal de Educação (PME)
- ➔ Organiza conferências municipais de educação
- ➔ Promove o debate e a participação popular nas decisões educacionais

MINUTA – Projeto de Lei de Criação do Fórum Municipal de Educação**PROJETO DE LEI Nº ____/20**

Institui o Fórum Municipal de Educação do Município de [NOME DO MUNICÍPIO] e dá outras providências.

A Câmara Municipal de [Nome do Município] aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação (FME) de [Nome do Município], como instância permanente de participação social, de caráter consultivo, propositivo, avaliativo e de acompanhamento da execução das políticas educacionais.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação tem por finalidade:

I – acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação (PME);

II – mobilizar e articular a sociedade civil em torno da construção, execução e revisão das políticas públicas de educação;

III – organizar e coordenar, em conjunto com o poder público, as Conferências Municipais de Educação;

IV – articular-se com o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Nacional de Educação;

V – contribuir com propostas para políticas públicas educacionais no município.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes dos seguintes segmentos:

I – poder Executivo Municipal (Secretaria de Educação, Cultura, Assistência Social, Saúde);

II – instituições de ensino público e privado;

III – professores indicado pelo Sintego e demais profissionais da educação;

IV – pais, mães e responsáveis por alunos;

V – estudantes da educação básica;

VI – conselhos (Municipal de Educação, Tutelar, Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, etc.);

VII – movimentos sociais, sindicatos, ONGs e outras entidades da sociedade civil.

§ 1º A composição será paritária entre poder público e sociedade civil.

§ 2º Os representantes serão indicados por seus respectivos segmentos e nomeados por ato do(a) Prefeito(a).

§ 3º O Fórum elaborará e aprovará seu regimento interno.

Art. 4º O Fórum será coordenado por uma Secretaria Executiva, composta por membros eleitos entre seus pares, com mandato de [ex: 2 anos].

Parágrafo único. Compete à Secretaria Executiva discutir, decidir e encaminhar acerca das diretrizes dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Fórum Municipal, dirigir as reuniões, assembleias gerais, conferências, e demais atividades do Fórum Municipal, com fornecimento de suporte administrativo e técnico, na forma que dispuser o Regimento Interno.

Art. 5º As funções exercidas pelos membros do Fórum são consideradas de relevante interesse público.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal prestará apoio técnico, logístico e institucional ao funcionamento do Fórum.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

7. O que é o Plano Municipal de Educação (PME)?

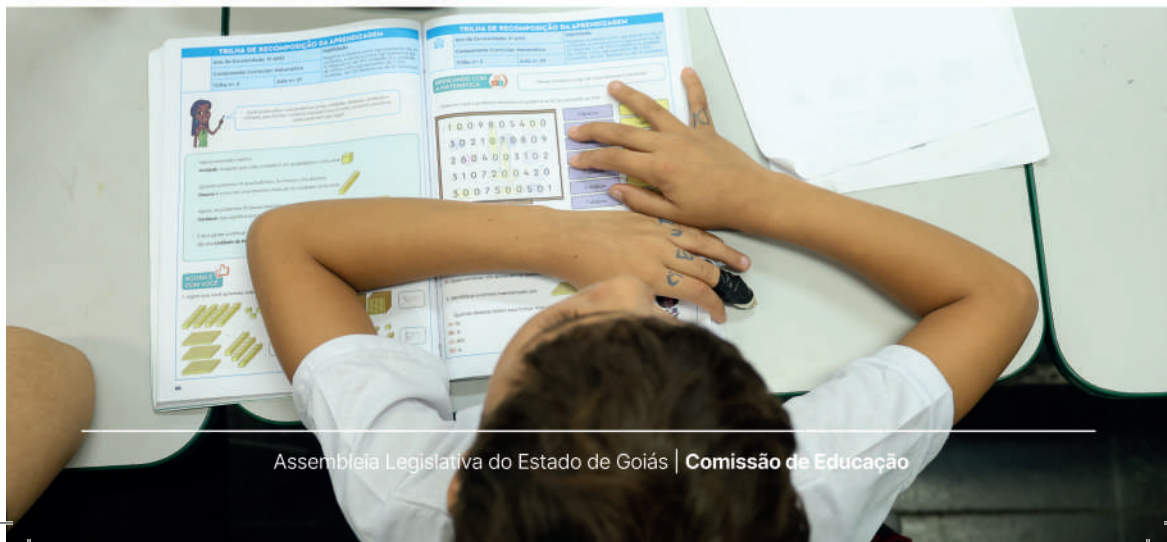
O PME é o **plano de voo da educação da sua cidade**. É um documento que define **metas para os próximos 10 anos**. Ele responde a perguntas como:

- ➔ Como melhorar a qualidade das escolas?
- ➔ Como valorizar os professores?
- ➔ Como acabar com as desigualdades educacionais?
- ➔ Como aumentar o acesso à educação infantil e ao ensino médio?

O PME deve ser construído com a **participação de toda a comunidade**: escolas, pais, alunos, conselheiros, prefeitura e vereadores.

Ele serve também para:

- ➔ Planejar o orçamento da educação
- ➔ Definir metas com prazos
- ➔ Monitorar resultados com indicadores claros
- ➔ Fazer ajustes sempre que necessário





8. Por que sua cidade precisa criar o Sistema de Ensino?

Criar o Sistema Municipal de Ensino é como **dar um passo firme em direção ao futuro!** É a melhor forma de cuidar da educação com autonomia, respeito às particularidades da cidade e participação da comunidade.

Com um sistema próprio, o município pode:

- ➔ Planejar melhor
- ➔ Acompanhar mais de perto as escolas
- ➔ Cumprir as metas do PME
- ➔ Fortalecer os conselhos e fóruns de educação
- ➔ Garantir o direito à educação para todos!

*Educação de qualidade se faz
com planejamento, escuta, diálogo e ação!*

Comissão de
Educação



Compromisso da Assembleia Legislativa de Goiás

**A Comissão de Educação da ALEGO está
junto com você nessa jornada!**

Nosso compromisso é apoiar os municípios na construção
de sistemas educacionais fortes, democráticos e com
a cara da nossa gente!

Perguntas Frequentes (FAQ)

1. É obrigatório ter Sistema Municipal de Ensino?

Não é obrigatório, mas é muito importante! Ter um sistema próprio
dá autonomia e fortalece a educação local.

2. O município pode ter Conselho de Educação sem ter sistema?

Pode sim! Mas o ideal é que **o conselho e o sistema sejam criados
juntos**, de forma integrada.

3. O Fórum de Educação é obrigatório?

Não por lei, mas ele é essencial para garantir **a participação da
sociedade nas decisões sobre a educação.**

Dicas Práticas para os Municípios

- ➔ Envolver toda a comunidade na criação do Conselho e do Fórum!
- ➔ Criar uma comissão especial para organizar
o Fórum Municipal de Educação
- ➔ Usar o Plano Municipal de Educação como referência
central em todas as decisões
- ➔ Garantir o direito à educação para todos!





Comissão de **Educação**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS